

NÔ PINTCHA



ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

REAJUSTAMENTO - UNIDADE NACIONAL - JUSTIÇA SOCIAL

CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

SÁBADO

NINO VIEIRA ELEITO SECRETÁRIO- -GERAL DO PAIGC

O camarada Comandante de Brigada João Bernardo Vieira, foi eleito Secretário-Geral do PAIGC por aclamação, às 9 horas e 23 minutos no final dos trabalhos do I Congresso Extraordinário do Partido.

Foi eleito um Comité Central de 51 membros efectivos e 10 suplentes, um Bureau Político de 11 membros efectivos e quatro suplentes. O camarada Vasco Cabral foi designado Secretário do Comité Central.

Foram aprovadas duas moções: uma de felicitações ao Movimento de 14 de Novembro e ao Conselho da Revolução e outra da condenação às actividades fraccionistas.

(Ver última hora)



● ELIMINADO O CARGO DE SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO



**SE VIER A DESAPARECER AMANHÃ...
NENHUM INSTANTE SERÁ PERCIDO
NA MARCHA DOS NOSSOS
COMBATENTES. HAVERÁ SEMPRE
DEZENAS, CENTENAS DE CABRAL NO NOSSO PAÍS**

Amílcar Cabral

NESTA EDIÇÃO

14 DE NOVEMBRO

- DEPOIS DA EUFORIA
- UMA ESPERANÇA NOVA
- A TERRA É NOSSA
- QUEM NÃO SE LEMBRA?

(pág. 3 e 6)

Opinião popular

Ouvir a opinião popular e não menosprezá-la constitui, sem dúvida, um passo importante para a implantação de uma verdadeira democracia na nossa terra. O caso particular do levantamento do 14 de Novembro, que hoje completa um ano, o seu carácter popular, as acções e reacções de diversa natureza que suscitou, é um exemplo vivo de que a opinião pública joga um papel determinante na procura das linhas democráticas que se pretendem para este país. O «Nô Pintcha», voltou a sair à rua e registou estas opiniões sobre o Congresso Extraordinário do PAIGC:

DESTINO DE LUIZ CABRAL PARA O TRIBUNAL...

Ussumane Seidi, 21 anos, técnico de telecomunicações, disse que devemos todos contribuir para a Unidade Nacional, pois, sem isso não podemos avançar, e acha que a questão do racismo não tem cabimento.

Colocámos-lhe a questão sobre o destino do ex-presidente Luiz Cabral e ele afirmou: «Penso que o Partido e o Estado devem tomar medidas justas, conforme a lei, pois, se ele cometeu erros, o seu destino deve ser decidido a nível de tribunal. A isso, chamo-lhe honestidade».

UMA DISCUSSÃO DA FOLHA À RAIZ

Waldemar Martins Silva, 28 anos, funcionário dos Seguros — «A questão da Unidade Nacional deve ser discutida da «folha à raiz» neste Congresso e ficar resolvida de uma vez para sempre».

Quanto a questão tribal, observou: «Ao fim e ao cabo não chega a ser tribal, é um desabafo, como disse o camarada Manecas na sua intervenção na última reunião do CNG».

CADA UM TEM UM POUCO LIGADO AO PAIGC

Um empregado comercial da firma Mário Lima, o camarada Joaquim Augusto Pinto, tendo em conta a forma como o PAIGC se identifica com este povo, considera que só um inocente que não conhece a história da nossa luta pode pensar que o PAIGC deve deixar de existir. O camarada Pinto explica a sua afirmação:

«Eu sempre fui simplesmente um simpatisante do PAIGC. Mas, no tempo colonial, como a PIDE suspeitava de toda a gente, fui preso juntamente com um primo meu. Este, mataram-no, e eu passei três anos na prisão da Ilha das Galinhas. Depois da independência, resolvi mesmo trabalhar para o Partido em Farim, onde, entretanto, devido aos problemas do regime anterior, fui novamente para a prisão por causa dos tais panfletos, coisa essa que eu ignorava completamente. Como se pode verificar, cada um de nós tem um pouco da sua vida ligada à luta do PAIGC».

ESPERO GRANDES SUCESSOS

Silvano da Mata, 42 anos de idade, funcionário do Hotel 24 de Setembro: «Sinceramente que desejo resultados bastante positivos neste Congresso Extraordinário do PAIGC. A par de certos problemas correntes no seio do Partido, visto que sou militante há 20 anos, desejo que neste Congresso haja compreensão total, pois, só assim se poderá chegar à verdadeira Unidade Nacional. Acima de tudo, espero que não exista desconfiança entre os dirigentes. Desconfiança é a pior doença».

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Adriano Andrade Tavares, 57 anos de idade, guarda-fiscal reformado — «A união faz a força, por isso acho que, para a Concórdia Nacional, este Congresso deve tomar medidas que permitam aos nossos dirigentes trabalharem de facto, para que os nossos filhos que estão no estrangeiro regressem para juntarmos as forças».

Têm a palavra os delegados

Hoje, damos a palavra a delegados de Quínara, do Sector Autónomo de Bissau e da Região do Gabú. Completamos, assim, esta «ronda», com a qual esperamos ter conseguido uma amostragem — necessariamente superficial — dos problemas que o Povo do nosso País pretende ver resolvidos após este reencontro com o seu Partido.

Quínara

Liberdade e entusiasmo

«O que nós pensamos deste Congresso? Sentimo-nos entusiasmados desde o ano passado, quando se deu o 14 de Novembro. Desde então, as populações passaram a falar na verdadeira democracia partidária. Durante as discussões de teses, sentimos uma participação activa de todos os militantes nos debates, assim como nas largas contribuições que deram, tanto em apoio moral como financeiro. As populações de Quínara quotizaram uma boa quantidade de dinheiro para as despesas do Congresso». É o camarada António Vieira quem fala. Ele vive em Tite e é o Primeiro Secretário Regional da JAAC.

António Vieira disse que o 14 de Novembro salvaguardou a vida de muitos militantes do Partido e populações em geral. Mas, particularmente em relação a ele, esta viragem anseada salvaguardou a sua própria vida. Como? Teve algum problema e ficou sob a mira do regime deposto? — Perguntou o jornalista.

«Assim de fundo, não tinha de concreto. Mas, sabe como era, todos os que costumavam falar a verdade, iam parar ao mesmo balaio — respondeu, para explicar que não havia verdadeira democracia partidária. As pessoas sentiam o mal-estar da situação e não ousavam exprimir. Apesar de

tudo, ele punha sempre alguns problemas, embora não fossem tomados em consideração».

Por seu turno, Miguel Gomes, colaborador do Partido em Nhala, sector de Tite, com 49 anos de idade, deu a sua opinião sobre o assunto. Ele foi breve nas suas declarações, limitando-se apenas a caracterizar as diferenças específicas entre o «antes» e o «após» o 14 de Novembro de 80. No primeiro caso, o Partido estava quase morto, porque poucos sentiam a coragem de se dedicarem a ele e além disso, as populações lastimavam-se com falta de alimentação.

Na segunda fase, após o 14 histórico, as pessoas voltaram a ter a coragem de discutir e o abastecimento já obedece a uma política de interesse para o povo. No entanto, como não podia deixar de ser, Miguel Gomes adianta-nos, desde já, um ponto que será objecto de discussão no Congresso que é o problema dos camponeses da sua região. É uma das propostas recomendadas pelas populações locais. As condições de trabalho de lavoura que preocupam muitos camponeses. Apontou o exemplo das bolanhas de Nhala de Cima, que precisam de grande intervenção de máquinas do Estado, o que, aliás, está nos planos do Desenvolvimento Rural, para o ano que vem.

Bissau

Características especiais

«Qualquer Congresso é importante, mas esta reveste-se de características especiais, devido à situação em que o Partido se encontrava». Estas foram as palavras da camarada Beatriz Cabral, militante do Partido desde 1970, quando era estudante em Portugal, antes de seguir para a luta. Ela é delegada do Sector Autónomo de Bissau.

Nas suas declarações, a camarada Beatriz Cabral salientou que o Movimento Reajustador do 14 de Novembro possibilitou ao Partido recuperar o seu lugar no seio dos nossos militantes e do nosso povo em geral. «Uma parte do nosso trabalho foi já feito durante as discussões dos documentos do Congresso nas bases»,

disse a delegada da capital.

E acrescentou: «Há toda uma necessidade de os militantes discutirem os problemas do seu Partido o que não acontecia antes do 14 de Novembro».

Falando sobre a situação política do Sector Autónomo, Beatriz Cabral chamou a atenção para a necessidade de um intenso trabalho político que é preciso desencadear após a realização deste Congresso no meio dos militantes, simpatisantes e população.

Inácio Tavares, também delegado do Sector Autónomo, destacado militante da JAAC, afirmou, por sua vez, que a importância deste I Congresso Extraordinário situa-se no mesmo plano que o Congresso de Cassacá, porque se trata da repôr o PAIGC no seu verdadeiro caminho preconizado pelo nosso saudoso líder o camarada Amílcar Cabral. Durante este tempo, recordou o nosso interlocutor, os seus prin-

cípios foram deturpados, por um grupo de dirigentes.

O camarada Inácio Tavares disse ainda de que com este Congresso «vamos sair mais fortes e coesos, o que permitirá ao PAIGC cumprir cabalmente a sua nobre missão. Neste Congresso Extraordinário vamos discutir os males que paralisaram o Partido, revitalizando-o da base ao topo. Vamos também eleger os órgãos do Partido colocando neles os melhores filhos do nosso povo, e pôr na prática os ensinamentos políticos que o camarada Cabral nos deixou».

«Penso que o Sector Autónomo de Bissau deve merecer uma atenção especial dos nossos dirigentes», acrescentou o camarada Inácio Tavares. E a concluir: «Sabemos que aqui era o centro urbano onde o colonialismo português deixou todos os tipos de males sociais e essas sequelas precisam de ser estirpadas da nossa sociedade, em especial na capital».

Gabú

Uma limpeza total

Rahime Barry, militante desde 1964 na zona Leste, actualmente presidente do Comité sectorial de Pitche.

P. — Como está a decorrer para si o Congresso?

R. — Este é o primeiro Congresso, depois do de Cassacá em que existe toda a liberdade de expressão.

P. — Vê alguma coisa particular?

R. — Creio que depois deste Congresso o Partido terá mais força, os militantes estarão mais lúcidos para orientar, integralmente, o trabalho político.

P. — Como decorre a organização partidária no seu sector?

R. — O trabalho político anda agora bem, a população apoia o Conselho da Revolução e o Partido. A nossa única dificuldade são os meios de acesso à população, já que o sector é grande e não temos transportes.

P. — Algum desejo?

R. — Sim. Apelar aos congressistas para que, nas eleições para o Comité Central, não ponham na direcção do Partido gente estranha à ideologia do PAIGC, porque esses, em vez de defender o Partido, procurarão enfraquecê-lo.

Pedro Januário Lopes, militante desde 1959 na clandestinidade em Bissau. Entrou para a luta em 1960, tendo chegado a comandante de Sapadores na Zona Leste. É agora o mecânico-chefe do Comité de Estado regional.

P. — Que espera deste Congresso?

R. — É a primeira vez que assisto a um Congresso. Espero uma coisa muito grande para a vida do Partido, o seu renascer, já que o Congresso é precisamente de reajustamento.

P. — Como tem sido a participação da vossa delegação na reunião?

P. — Temos procurado participar dinamicamente, expondo claramente os problemas a respeito do que o povo espera deste Congresso, que é uma limpeza total e que cada um tenha o seu pão de cada dia.

P. — Qual tem sido a sua contribuição para o Partido?

R. — Temos algumas dificuldades na região. Muitos dos nossos carros estão parados por falta de peças, o que provoca um certo embaraço às deslocações dos responsáveis partidários aos sectores para contactos com as populações.

14 de Novembro-um ano depois

Foi há um ano. As gloriosas FARP saíram à rua e puseram fim ao tempo de angústia e de dor que o país vivia. A espontânea e clara adesão popular legitimou, desde logo, a acção liderada pelo filho de que a Guiné, depois de Cabral, mais se orgulha — Nino Vieira.

Hoje, um ano depois, as decisões do I Congresso Extraordinário do PAIGC confirmam as virtualidades progressistas e a proposta de moralização desde logo anunciadas pelo 14 de Novembro. Repórteres do «Nô Pintcha» evocam as primeiras horas da noite libertadora, momentos de incerteza a dissipar-se em esperança crescente até à constatação emocionante: Tchon i di nós!

Depois da euforia

Foi na noite do 14 de Novembro, faz hoje um ano. A noite calma foi de repente perturbada pelo rodar das potentes viaturas blindadas vindas dos quartelamentos de Brá, cruzando-se com outros carros ainda em trânsito. O que se passa? — perguntei a um colega ao lado. Outro golpe de Malam Sanhá como em Novembro de dois anos atrás? A resposta não veio e as dúvidas pairavam no ar. As interrogações eram múltiplas e espelhavam-se no rosto de todos. Várias hipóteses foram formuladas num constante magiciar das mentes. Depois foi a rotina, pegar o autocarro até o centro da cidade para um cafezinho no Grande Hotel e um bate-papo com os camaradas.

Até aqui tudo normal. A descida no Café Universal, o percorrer da distância que o separa do Grande Hotel. Surge a primeira surpresa: o recinto estava cercado por militares armados tentando acalmar as pessoas, sobressaltadas por tiros esporádicos provocados por alguns elementos que tentaram resistir. Ninguém podia abandonar o local até nova ordem. Vã foi a tentativa de um colega que preparou «cavar» na sua bicicleta. Adeus café! — pensei com os meus botões, conformando-me em ir para a

casá, uma vez que nem cheguei a entrar no recinto do hotel. Não esperei mais explicações, as dúvidas começaram a dissipar-se gradualmente. Golpe ou prevenção, o certo é que a situação não convidava à satisfação da minha curiosidade de jornalista. Não

houve impedimentos, uma vez que morava ali perto. Foi só dar a volta, o que fiz em meio tempo.

Em casa, o silêncio era intrigante. Nem o rebuliço da miudagem que, à luz dos candeeiros, costumava brincar, dançando à roda, jogando às escondidas ou improvisando um estádio em plena estrada para uma partida de futebol. «O que foi que aconteceu», foi a pergunta com que martelei os ouvidos das pessoas ao chegar a casa. Não houve resposta porque ainda não havia a confirmação das ocorrências. No meu quarto podia aperceber-me dos movimentos lá fora. As idas e vindas dos carros do Hospital ao Quartel da Amura, os movimentos lestos e furtivos dos soldados.

Tudo era movimento, lá fora. Em casa, silêncio pesado, a ansiosa espera continuava. A Rádio interrompeu a sua programação passando a dar apenas músicas revolucionárias, o que deixava já transparecer algum indício de golpe. Mas golpe por quem? Esta era a questão, pois contra quem, toda a gente já o sabia, tal era

conhecida de todos a traição de Rafael ao Partido. Mas a dúvida não tardaria a ser dissipada. Manuel Saturnino, um dos homens do Comando Operacional, informaria que se tratava de um lapso.

A reacção que esteve sempre atenta soube aproveitar as mínimas falhas para tentar desprestigiar o 14 de No-

Esta data memorável, que devemos comemorar com a solenidade e o júbilo decorrentes da grande esperança que se abriu ao nosso povo na noite do 14 de Novembro de 1980, deve ser assinalada pelos militantes do Partido com uma reflexão profunda sobre a vida e os problemas partidários e pelo compromisso solene de nos superarmos e trabalharmos cada vez mais e melhor para a construção da nossa pátria amada — a Guiné-Bissau.

(NINO VIEIRA)

a miséria e o desespero das massas. Os fracassos da discussão do anteprojecto da Constituição haviam já ditado a sorte de Luiz Cabral e de seu grupo. A sua ansia de poder iria sofrer um duro golpe.

Golpe de Estado! Uma palavra nova que entrava no nosso vocabulário. A notícia veio depois. Só que, para muitos, foi como que um balde de água fria despejada sobre os ânimos. Rafael Barbosa falou aos microfones da Rádio para anunciar que «chegou o momento que todos esperávamos». Luiz Cabral e os seus servidores haviam caído. Apanhados de surpresa, muitos interrogavam-se sobre qual a viragem que o país sofreria, visto ser

vembro, criando confusão. Era a reacção que apostou forte, tentando retirar todos os trunfos das nossas falhas para servir os seus vis intentos. A mesma reacção que, mais tarde, tentaria utilizar as liberdades restituídas ao povo pelo movimento reajustador, ao qual tentaram atribuir um cunho racial e outras características negativas. Nino Vieira, o guia do movimento, demarcou-se-lhe no entanto dessa posição ao reafirmar os objectivos do 14 de Novembro: reajustamento, justiça social e concórdia, como complemento indispensável à unidade nacional preconizada.

Estava dado o primeiro passo para salvar o país do caos em que foi lançado pelo regime

de Luiz Cabral. Estava lançada, deste modo, a primeira pedra para a reconstrução da Nação guineense preconizada por Cabral e que constitui um dos objectivos máximos do Partido, defendido por militantes sérios, muitos deles hoje nossos heróis nacionais. O comício de 21 de Novembro constituiria um marco histórico e a reafirmação do apoio militante do povo ao Conselho da Revolução. Apoio que nem as notícias dos bárbaros massacres de muitos compatriotas nossos lançados em valas comuns nas matas da Guiné conseguiram desmobilizar. O povo es-

tava decidido a dar o seu contributo para tirar o país da situação de crise.

A terra é nossa

«Camaradas, tchon i di nós — a terra é nossa. Irmãos, bons filhos da nossa terra, chegou o dia por que tanto ansiávamos. A nossa terra está, de uma vez para sempre, a partir deste momento, nas nossas mãos, no poder de seus filhos de verdade». Pouco passava das 22, 30 horas. Em Bissau, o facto mantivera-se desapercebido durante algum tempo, nos meios suburbanos mais afastados do centro citadino e das principais avenidas. Mas para os moradores junto ao corredor da estrada para o aeroporto e do bairro de

Hoje, passados momentos de euforia, o homem guineense depara-se com a realidade nua e crua e com uma pesada herança do passado colonial e do regime de Luiz Cabral que, durante os longos e decisivos sete primeiros anos de independência, mergulhou o país na miséria, o que contribuiu de certo modo para o esfriar do fervor revolucionário e adesão total manifestados pelas populações à entrada do PAIGC em Bissau, no termo da Luta de Libertação Nacional.

O povo valente da Guiné-Bissau, portador da herança histórica de abnegação e esforço, aceitou novos sacrifícios, ousou enfrentar de cabeça erguida a situação, consciente de que com o PAIGC reajustado e restabelecido, trilhará triunfalmente o longo caminho do progresso e justiça social que queremos construir na Pátria de Amílcar Cabral.

Setembro, a movimentação militar não deixava dúvidas. Os olhares tornavam-se mais inquietos e os corações mais apertados nos peitos. A situação começava a tornar-se periclitante.

Não sabemos precisar os minutos exactos do acender da chama verde, vermelha e amarela, a chama da ansia das esperanças de tantos dias e noites de insónia com a barriga vazia, a chama que viria acalmar a angústia do nosso povo, aquele Povo que sente na carne o verda-

(continua na página 6)



Relatório do CNG ao 1.º Congresso Extra

Impõe-se pois, que todos nós militantes, responsáveis e dirigentes, nos debruçemos na análise do nosso Partido com vista à sua reactivação para que possa assumir a sua função de força política dirigente da sociedade e ser instrumento fundamental criado pelo nosso povo para o conduzir na edificação duma sociedade nova, liberta das sequelas coloniais e sem as características duma sociedade de exploração.

Não basta fazer constatações. Interessa sobretudo, com base nessas constatações, estabelecer medidas que se levam à prática. Muito de que se disse anteriormente foi devidamente analisado num passado recente, propuseram-se medidas pertinentes que no entanto não passaram à execução.

É nesse quadro que devemos repensar a nossa organização, estudar a sua estrutura orgânica, o sistema de funcionamento a instituir para fazer do Partido um organismo activo, incentivador e supervisor do esforço ingente que a construção duma pátria livre, justa, feliz e progressista, exige.

O Comité Central terá que dispôr dum Secretariado eficiente com os departamentos indispensáveis à dinamização de todo o aparelho partidário. O Partido tem sentido grande carência em pessoal qualificado e muito em especial tem faltado ao PAIGC a afectação, a tempo integral, de dirigentes bem preparados para dar resposta ao trabalho político-ideológico crescente.

Este Congresso terá que se pronunciar sobre estas questões que, se não encontrarem solução, não teremos dotado o Partido dos instrumentos de que precisa para a sua organização e dinamização.

Queremos, pois, convidar todos os delegados ao Congresso, e através deles, todos os militantes do PAIGC, para, que cada um dê o melhor do seu esforço, saber e dinamismo para o estabelecimento das resoluções realistas que depois sejam efectivamente postas em prática.

Pensamos que a nível da direcção superior do Partido devam ser criadas comissões para as diferentes áreas de acção tais como:

1. Defesa e Segurança
2. Questões económicas e financeiras
3. Ideologia e Supervisão
4. Assuntos Sociais
5. Educação, Ciência, Cultura e Comunicação Social
6. Justiça e Administração
7. Relações Internacionais

O C.C. deveria ainda organizar no seu seio comissões ou grupos de trabalho destinados ao controlo e apoio das estruturas partidárias e estatais a nível regional.

Devemos igualmente preocupar-nos em constituir os Comités Regionais do Partido fazendo-os funcionar enquanto estrutura de supervisão, de orientação e apoio no seu espaço geo-político.

Numa fase posterior deveríamos criar também e fazer funcionar os comités de sector e sempre que tal se justifique e se disponha de quadros competentes, criar os comités de secção.

Da análise feita aos Estatutos decidiu-se propor à decisão do Congresso as antigas designações dos órgãos dirigentes do Partido ou seja Comité Central em substituição do Conselho Superior de Luta e Bureau Político em substituição do Comité Executivo de Luta. A proposta não se deve a uma razão sentimental mas à necessidade de tornar esses órgãos operativos e eficazes.

As apelações de CSL e CEL corresponderam a uma fase de luta em que, devido às agressões coloniais e à necessidade de descentralizar a decisão para desferir ao inimigo golpes mais contundentes, o Partido teve que alargar a sua direcção.

No momento presente nada justifica a continuação dessa prática, pelo contrário, a necessidade de fazer do PAIGC um instrumento institucionalmente forte e ideologicamente coeso aponta para a constituição de órgãos capazes de responder ao esforço de edificação nacional.

No 3.º Congresso do PAIGC foram perfeitamente definidas as relações que devem existir entre o Partido e o Estado. No relatório apresentado à 2.ª

reunião extraordinária clarificou-se como deveriam processar-se as referidas relações.

Com o evento do 14 de Novembro e analisadas as causas e consequências desse acto heróico, tendo em conta a necessidade de proceder aos reajustamentos que se impunham, o Conselho da Revolução, emanação do PAIGC, assumiu os poderes correspondentes à ANP, ao Conselho de Estado, e ao Conselho de Comissários de Estado.

Com a normalização da vida estatal criou-se o Governo Provisório que a partir de então, ficou encarregado dos negócios do Estado, sob a direcção do Conselho da Revolução.

A nível partidário e face ao bloqueamento das estruturas supranacionais, o Conselho Nacional da Guiné e sobretudo o seu Comité Permanente assumiram a direcção da vida partidária.

Como é lógico e normal o Conselho da Revolução teve igualmente uma intervenção a nível dos órgãos do Partido pois que se tratava de um órgão criado no seio dos militantes do Partido com o objectivo de promover a sua rectificação fazendo com que o PAIGC tornasse a desempenhar o seu papel de vanguarda do povo guineense.

O Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC condenou o facto de o Conselho da Revolução ter assumido os destinos do país por se tratar, segundo ele, de um órgão estranho ao Partido.

No entanto, a ala caboverdiana, não se sabe com que desígnios, preferiu desferir um golpe, que pretendeu mortal ao legado mais caro de Amílcar Cabral e dos seus camaradas que verteram o seu sangue pela independência não só da Guiné mas também de Cabo Verde, que a maior parte dos combatentes não conheciam.

Com a realização do Congresso, estão lançadas as bases para um profundo debate sobre o futuro da nossa organização e do país.

As relações entre o Partido e o Estado devem continuar a processar-se na base da orientação e supervisão por parte do Partido, das estruturas do Estado. Particular atenção será prestada no futuro ao papel do Partido neste âmbito, através de uma análise detalhada e crítica do que tem caracterizado a evolução das relações Partido-Estado, com vista à criação dos mecanismos e instrumentos indispensáveis e necessários à boa consecução do papel dirigente do Partido. Como atrás referimos algumas medidas foram já tomadas mas ainda bastante há a fazer.

Cremos que os resultados obtidos com a criação pelo Conselho da Revolução, de Comissões especializadas em determinados campos de actividades estatais nos apontam para a busca de soluções, mais correctas e perfeitas, aos complexos problemas que o nosso Estado terá de enfrentar num futuro próximo, não descurando os objectivos máximos definidos pelo programa do PAIGC.

A difícil situação económico-financeira e socio-cultural legada pelo regime deposto impõe ao nosso Partido, com vista ao retorno e fiel consecução do seu Programa, a busca de soluções imediatas para os problemas pontuais que enfrenta o nosso jovem Estado.

A amarga experiência vivida nestes anos de independência, corroborada por uma série de erros cujos efeitos multiplicadores ainda se continuarão sentindo por algum tempo no nosso país, constituem para o Partido um manancial rico que se impõe ser devidamente analisado. Estamos convictos que, armados da ideologia partidária, saberemos tirar as conclusões suficientes e necessárias para que o Partido se torne de facto a força política dirigente da nossa sociedade, com vista à construção de uma pátria feliz e próspera em benefício das massas trabalhadoras.

Teremos para tal que combater acerrimamente os erros do passado — a improvisação e a indisciplina, a desordem e a arbitrariedade — para que «pensando para melhor agir e agir para melhor pensar» saibamos fazer do nosso Partido aquela força capaz de conduzir os destinos do nosso povo com vista à satisfação das suas necessidades mais prementes e fundamentais.

O caminho a ser percorrido é longo mas tal como no passado o Partido saberá encontrar a passo as soluções adequadas aos problemas com que se vai deparando. Para tal, é indispensável que todos os militantes, responsáveis e dirigentes, se conscienciem que hoje, mais do que nunca, não devem poupar os esforços pondo as suas energias criadoras ao serviço do nosso Partido, para bem do nosso povo.

Essas energias deverão ser canalizadas para a busca de soluções para os problemas organizativos de gestão do aparelho do Estado, a fim de permitir que de facto o Partido imprima e supervise o aparelho estatal, impondo às suas actividades o marco político-ideológico partidário, ou seja, a defesa intrínseca dos interesses do nosso povo, as suas aspirações ao progresso e à justiça social.

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

Para Amílcar Cabral o sucesso de qualquer movimento de libertação nacional depende da sua organização e do seu apoio nas massas populares. Por isso, o programa do Partido previu, desde a primeira hora, a criação e desenvolvimento das organizações de massas tanto no campo como nas cidades, especialmente as organizações da Juventude, dos Trabalhadores e das Mulheres.

É através das organizações de massas que o Partido estabelece e desenvolve a sua ligação com as massas populares, cujos sentimentos deve conhecer e interpretar para melhor poder desenvolver a sua acção. Assim, essas organizações constituem auxílios preciosos na acção educativa do Partido para a formação de quadros e criação do Homem Novo.

Nas suas relações com o Partido, é assegurada a autonomia e independência das organizações de massas cabendo ao Partido a direcção política e o controlo.

A JAAC, constituindo uma organização juvenil e complementar do Partido, encontra-se mais vinculada do ponto de vista ideológico e orgânico, à organização partidária. Por isso, o Partido exerce sobre ela um controlo mais estreito e a todos os níveis da sua estrutura.

Além do importante papel a desempenhar na luta pelo desenvolvimento sócio-económico da nossa terra e, do apoio à luta dos outros povos por sua emancipação — tarefa que cabe a todas as organizações de massa — a nossa juventude deve preparar-se também com a sua formação técnica, cultural e revolucionária.

Para que esta formação seja integral a nossa juventude deve alicerçá-la no conhecimento profundo da nossa realidade sócio-económica e político-cultural. Deve ainda investigar e conhecer, nas mais longínquas tabancas da nossa terra, a experiência secular do nosso povo e da realidade presente do nosso ecossistema.

Só assim é que a nossa massa juvenil poderá participar activa e criativamente na preservação e continuidade das tradições de luta do PAIGC e do legado de Amílcar Cabral.

A formação dos jovens é uma das principais prioridades do Estado, da família, das organizações políticas e das grandes massas. A JAAC deve ser criada para desenvolver nos jovens da Guiné-Bissau os valores morais e ideológicos, os atributos e qualidades que lhes permitam desempenhar o seu papel de participantes activos e continuadores da obra revolucionária de Cabral. Ela deve poder inculcar nos nossos jovens o respeito pelas nossas instituições, o amor à pátria e ao trabalho, o interesse pelo estudo, pela ciência e pela técnica, uma profunda consciência da realidade económica que vivemos e uma mentalidade que produza cada vez mais e melhor para o bem-estar público e interesse de cada um.

A jovem geração enquadrada pela JAAC é o elemento da renovação de quadros tanto a nível partidário como estatal. É por essa razão que a direcção do PAIGC deve esforçar-se por assegurar aos jovens a oportunidade de demonstrarem e desenvolverem a sua capacidade, promovê-los gradualmente, atribuir-lhes tarefas cada vez mais complexas e responsáveis.

do PAIGC

Ordinário (4)

Desta maneira abre-se-lhes a possibilidade de obterem conhecimentos práticos e capacidade de análise e de raciocínio para melhor poderem desempenhar, no futuro, as funções para que sejam chamados. Por isso, parece-nos que devemos pôr a nossa juventude à prova na prática, confiando-lhe as mais variadas responsabilidades tanto no quadro do Partido como no do Estado.

Queremos que a JAAC constitua a verdadeira e grande reserva, a principal fonte de novas energias para reforçar incessantemente as fileiras do nosso glorioso PAIGC e assegurar, no futuro, a construção de uma vida de felicidade, de paz e de progresso na Guiné.

As outras organizações de massas, nomeadamente a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) e a Comissão Nacional das Mulheres da Guiné (CNMG) é atribuída uma grande responsabilidade de direcção, criação, mobilização e enquadramento dos importantes sectores de que são encarregadas.

Qualquer acção a nível de enquadramento e mobilização das massas, para ser consequente, necessita de um trabalho sério, disciplinado, feito em profundidade e tendo por objectivo essencial o reforço da consciência dessas massas para a tarefa da reconstrução nacional.

A experiência de outros contextos sócio-políticos ensina-nos que, quando as organizações de massas têm orientações claras e são combativas, o Partido floresce e a sua palavra chega aos mais afastados aglomerados populacionais que se mobilizam em torno dela.

Compete pois às organizações de massas, às outras organizações sociais e muito em particular aos seus militantes, a defesa intransigente das conquistas do nosso povo, do nosso Partido e do Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

CAPÍTULO VII

DEFESA E SEGURANÇA

Na noite do 14 de Novembro de 1980, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo demonstraram mais uma vez, e inequivocamente, o seu alto grau de consciência política e patriótica, ao aderirem totalmente ao Movimento Reajustador e serem os principais executores dos históricos acontecimentos dessa data memorável.

As FARP, braço armado do PAIGC, são constituídas por militantes abnegados que durante a nossa gloriosa luta armada de libertação nacional, deram o melhor de si mesmo para que nascessem as pátrias guineense e caboverdeana, livres e independentes. Os mártires das nossas FARP, contam-se aos milhares, caídos no campo da honra, além de um grande número de mutilados e diminuídos físicos que hoje devem ser alvo de toda a nossa atenção e respeito. As FARP contam entre os seus membros mais ilustres alguns dos nossos heróis nacionais, como Domingos Ramos, Pansau na Isna, Osvaldo Vieira, Francisco Mendes e tantos outros.

É com o mesmo espírito de sacrifício que as FARP, depois da libertação total do nosso país continuaram a cumprir o seu papel fundamental na defesa da nossa soberania, não fraquejando nunca, apesar das condições difíceis em que vivem os nossos soldados, fruto da fraqueza económica e financeira do nosso país.

As Forças de Segurança constituídas fundamentalmente por militantes oriundos das FARP, têm também um papel relevante a desempenhar na manutenção da ordem e combate à delinquência que dê à nossa sociedade o clima de paz e tranquilidade necessários ao trabalho quotidiano e ao progresso.

Os males que atingiram o Partido e de que tratamos já pormenorizadamente, não podiam ter deixado de atingir as FARP e as Forças de Segurança. Assim, grupo que detinha o poder conseguiu desviar dos princípios e objectivos do PAIGC alguns oficiais superiores que, agindo de forma absolutamente discriminatória estavam minando a moral das nossas Forças Armadas, pretendendo transformá-las num instrumento que servisse os seus desígnios de açambarca-

mento do Poder. Um exemplo flagrante dessa política nefasta, foi a atribuição de patentes militares, que não teve como critério fundamental o mérito e a contribuição de cada graduado, com evidente distorções que prosseguiam objectivos bem claros de marginalizar alguns dos oficiais mais categorizados e de maior mérito das FARP.

No entanto, as FARP e as Forças de Segurança, continuaram sãs politicamente e, conscientes da crise que atravessava o Partido e o nosso país em geral, deram todo o seu apoio ao Movimento Reajustador para que este pudesse, pela única via que restava — a via da força, — levar o PAIGC e a Guiné, de novo ao caminho traçado por Cabral.

É com grande satisfação que constatamos o alto nível de organização do Partido no seio das Forças Armadas, e os enormes progressos realizados no campo da superação político-ideológica e literária dos nossos militares, especialmente os mais jovens. No entanto, não podemos parar aí; os nossos combatentes têm de ser cada vez mais conscientes do ponto de vista político-ideológico e cada vez mais capazes tecnicamente. Só assim poderão ser de facto uma das garantias fundamentais da estabilidade e justiça do Poder político, e defenderem também e de forma eficaz a nossa soberania.

Devemos continuar a aprofundar o trabalho organizativo e político-ideológico no seio das FARP e das Forças de Segurança, de forma a extirpar do seu seio os desvios e erros cometidos no passado e reparar as injustiças. Devemos também fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para melhorar o nível de vida do combatente, dar-lhe uma vida digna compatível com a sua condição de combatente de liberdade da Pátria e com as suas legítimas aspirações a uma vida social digna.

Apesar dos imensos sacrifícios consentidos no passado e no presente pelas nossas gloriosas FARP e as Forças de Segurança, exortamo-las a continuarem a dar provas da sua abnegação e capacidade de suportar sacrifícios, dada a situação sócio-económica difícil que atravessa o nosso país.

Incumbe-nos pois, a todos nós, mas particularmente aos comandantes e comissários políticos das nossas unidades das FARP e das Forças de Segurança, criar todas as condições necessárias, políticas, ideológicas, materiais, para que as nossas Forças Armadas, que contam no seu seio com militantes sérios e abnegados, continuem a ser os guardiães do Partido de Cabral.

CAPÍTULO VIII

OS COMBATENTES DA LIBERDADE DA PÁTRIA

Camaradas;

Durante a nossa gloriosa luta armada de libertação nacional, um grande número de homens e mulheres da nossa terra, patriotas ardentes e corajosos, puseram (nas frentes da batalha, na acção política e de reconstrução ou na clandestinidade) a sua vida inteiramente ao dispôr da causa sagrada da libertação do nosso povo do jugo colonial e de todas as outras formas de opressão.

A liberdade de que hoje goza o nosso povo, custou-lhe o sangue e o sacrifício dos seus melhores filhos — os Combatentes da Liberdade da Pátria. Muitos perderam a vida deixando atrás famílias numerosas, e outros ainda ficaram fisicamente diminuídos ou mutilados.

Camaradas congressistas;

Militantes do PAIGC;

Estes combatentes abnegados que nunca auferiram durante a luta de quaisquer benefícios de ordem material, pelo contrário, muitos puseram os escassos bens de que dispunham ao serviço da luta, devem ser alvo da nossa atenção.

Depois da nossa libertação, é justo pois, que o país garanta uma vida social digna ao Combatente da Liberdade da Pátria e às famílias daqueles que por

ela caíram, não em retribuição dos seus sacrifícios que não têm preço, mas pela gratidão de que são credores aqueles que arrancaram o nosso povo da dominação colonial para a esperança de um futuro radioso.

Algumas leis foram já publicadas no nosso país, no sentido de consagrar alguns dos direitos do Combatente da Liberdade da Pátria. No entanto, pensamos que não chegámos ainda sequer ao mínimo desejável.

Temos de agir no sentido de definir com justiça e precisão o estatuto do Combatente da Liberdade da Pátria, suas regalias sociais e materiais e criar os quadros necessários à inserção completa dos mesmos na sociedade nova que estamos a criar na nossa terra.

Impõe-se que sejamos capazes de agir, de modo a que os nossos combatentes se superem política e ideologicamente, que se superem literariamente, tendo desse modo acesso à promoção social, cultural e técnica e que sejam capazes de continuar a dirigir e edificar o nosso país nesta difícil etapa da Reconstrução Nacional, com o mesmo espírito de abnegação de que deram sobejas provas na nossa memorável luta de libertação nacional.

É importante destacar também o aspecto fundamental que é a assistência social aos diminuídos físicos, mutilados e familiares daqueles que morreram pela Pátria. Deve ser nossa preocupação constante garantir a esses camaradas os meios necessários a uma vida digna e minimamente estável.

Através do departamento competente tem sido levadas a cabo acções importantes no campo da assistência social às vítimas da guerra e enquadramento dos Combatentes da Liberdade da Pátria em tarefas produtivas.

Além dos subsídios com o qual o nosso Governo tem assistido aos órfãos e viúvas, a Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria lançou já vários projectos cujos financiamentos e execução estão assegurados. Essas acções contemplam áreas tão variadas quanto complexas como o domínio da formação profissional, da construção de aldeamentos, a criação de unidades produtivas e de serviços (cooperativas agrícolas, de mecânica, de alfaiates, de electricistas, à pesca artesanal e o sistema de transportes para escoamento dos produtos do sul do país). A Secretaria de Estado tem continuado ainda o esforço de conseguir postos de trabalho para os antigos combatentes.

O nosso Partido e o nosso Governo terão que dar continuidade ao esforço até agora realizado desenvolvendo-o para que se cumpra dessa forma a obrigação política e moral para com aqueles que, sem nada esperar, tudo deram para a libertação e a independência do nosso povo heróico.

CAPÍTULO IX

POLÍTICA EXTERNA

A nossa política externa, quer no âmbito do P.A. I.G.C., quer no âmbito do nosso Estado, baseia-se numa opção política do Partido, em conformidade com o desenvolvimento da luta armada de libertação: anticolonialismo, aliança com os povos de África, Ásia e América Latina em luta contra o imperialismo.

Podemos afirmar que a pedra angular da nossa política externa é o não-alinhamento que significa para nós, não nos comprometemos em blocos nem alinharmos nas decisões dos outros. Por outro lado, o nosso não-alinhamento deve significar o alinhamento com todas as causas que sirvam a dignidade, a emancipação e o progresso dos povos.

No quadro das alianças estabelecidas pelo nosso Partido durante o período da luta de libertação nacional queremos destacar em primeiro lugar a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), que abrangia o MPLA, a FRELIMO, o MLSTP e o PAIGC a que, depois das nossas respectivas independências resultaram na estrutura de cooperação total que nos levou até à Conferência Cimeira dos Chefes de Estado.

A contribuição que os nossos irmãos africanos nos deram durante a nossa luta de libertação nacional quer directamente ou através da Organização da Unidade Africana (OUA) foi decisiva para a nossa vitória.

A ajuda multiforme que recebemos, em consequência das nossas alianças e nos diversos domínios da nossa actividade política, militar e de reconstrução nacional, contribuiu de forma importante para a liquidação do colonialismo português. Essa ajuda veio dos nossos vizinhos e irmãos africanos — a Guiné-Conakry e o Senegal. Ela chegou-nos também dos nossos irmãos da Argélia e de outros irmãos africanos e ainda daqueles que, em certa medida, estavam mais próximos de nós.

14 de Novembro — um ano depois

(continuação da pág. 3) deiro preço de ser povo, o povo cujo nome não merecia mais do que promessas hipócritas de homens ambiciosos, de uma demagogia sorridente.

Era ainda muito cedo. Por volta das 20 horas e 30 locais, encontrávamo-nos no Bairro de Missira. Um som agudo e estrondoso fazia-se ouvir para lá do Bairro de Ajuda, em direcção ao centro da capital. Teria sido um avião ou helicóptero em aterragem? A essas horas não há voos estrangeiros para Guiné-Bissau. Mas, afinal era o ruído de blindados vindos dos aquartelamentos de Brá.

Primeiro as crianças, e depois homens e mulheres começaram a aglomerar-se à beira da estrada, fugindo, num meio-recuo, a cada passagem do «tanque lagarta», a grande velocidade.

Nessa altura, a calma, a curiosidade, o susto e a esperança de que «oxalá seja algo de bom para a gente» confundiam-se no pensamento de cada popular.

Uns já desconfiavam de uma possível revolta de calibre «mancorross», apesar de estarem ainda hesitantes sobre a sorte que daí resultaria. Essa era a preocupação. Os trabalhadores nocturnos da Imprensa escrita e falada, dos hospitais e das alfândegas foram proibidos de passar e mandados de volta para as casas com ordens de calma e não interferência.

Com efeito, por volta das 21 horas e 30 eis que as emissões da Radiodifusão são interrompidas e silenciadas por algum tempo. A incerteza e inquietação cediam cada vez mais lugar à expectativa, à ansia de receber algum sinal de mudança.

Que sinal, por exemplo? Não tardou a ser ouvida, pelas antenas da RDN, a emissão ininterrupta de marchas militares: «Pá nó uni, pá nó luta pá nó terra»; «africano na curi mundo, mama» e canções revolucionárias do Cobiana Jazz e Mama Djombo e canções populares ba-

lantas com ardor telrico de N'Fore: «Quim qui tem terra? Anós qui tem terra», etc.

Era a confirmação e um chamamento à tomada de posição para os militares que ainda não tinha sido alertados pelo «Comando Operacional 14 de Novembro». No centro da capital, só visto: um autêntico «bailarico de caça ao homem», dos principais colaboradores da ala luizista. As nccsas valentes forças armadas rápido se movimentaram neutralizando as forças opositoras. Tiros esporádicos foram ouvidos algures e viríamos a saber que se tratava da perseguição de alguns dos colaboradores directos do regime deposto.

Esses cúmplices do mau-estar das populações e defensores ferrenhos do desvio político no país, tinham também a cumplicidade triste de estarem, minutos antes, envolvidos numa acção dirigida pelo torcionário António Buscardini, decidido, por ordens superiores, para liquidar o Comissário Principal, Nino Vieira, considerado um entrave à escalada revisionista do pensamento de Cabral e, sobretudo, por terem descoberto na tarde do mesmo dia o plano secreto que este comandante lendário já preparava para executar no dia 16 (e não a 14, como o Comando Operacional viria a ser obrigado a antecipar).

Foi então que se ouviu o primeiro comunicado do Comando Operacional 14 de Novembro na voz de Zeca Martins, anunciando a tomada de posições por um Comando Operacional constituído pelos melhores filhos da Guiné-Bissau. «Tchom i di nós».

Os ânimos subiram nos espíritos do público que não pôde conter o entusiasmo e saiu à rua, levantou o punho de luta e gritou «até que enfim pá, Viva o Nino». Alguns ficaram de rádio nas mãos por cima das cabeceiras e não dormiram até ao amanhecer. Outros juntaram-se aos grupinhos nos quintais e nas varandas, a volta dos transeiros, a acompanhar os comunicados.

momento a Guiné-Bissau era dirigida por um Conselho da Revolução composto por nove membros e quatro colaboradores, e presidido pelo Comandante de Brigada João Bernardo Vieira (Nino).

O grupo de heróicos e verdadeiros filhos da nossa terra levantou-se em armas, derrubou o regime de Luiz Cabral que praticara inúmeras injustiças e desviara o Partido dos seus princípios fundamentais e, consequentemente, das orientações de Amílcar Cabral. A finalidade da acção era repôr a justiça social, e a igualdade, e salvaguardar os princípios consagrados no Programa Maior do P.A.I.G.C., afirmar a nossa personalidade histórica, defender a independência nacional.

Quem não se lembra da vitoriosa noite? Cerca das 20 horas os tanques blindados começaram a dirigir-se para o centro da cidade em alta velocidade, os habitantes próximos da estrada do aeroporto abeiravam-se para ver de perto o desenrolar dos acontecimentos. Ouviram-se, entretanto, os primeiros tiros que foram o sinal do início da operação. Algumas pessoas assustaram-se mas Kabi esclareceu a situação numa declaração à RDN. A partir daquele momento começou o entusiasmo geral, porque se sabia que uma revo-

lução encabeçada por Nino Vieira era para servir o povo.

Mas houve traidores. O grupo de contra-revolucionários organizado por elementos da Segurança dirigido por Buscardini já estava em grande movimento. Por isso, o Movimento Reajustador foi antecipado de 16 para 14 de Novembro e saiu vitorioso.

Depois dos acontecimentos armados e do controlo completo da situação pelo Conselho da Revolução que assume todos os poderes, que fazer? Que futuro para o PAIGC?

É assim que iniciam os contactos com o ex-Secretário Geral do P.A.I.G.C. Mas os dirigentes caboverdianos não aceitam o diálogo, antecipam-se e criam um Partido estranho a Cabral — o PAICV.

É assim, também, que o CNG assume a direcção do Partido na Guiné e convoca o I Congresso Extraordinário que termina precisamente a 14 de Novembro, com o objectivo de reestruturar o PAIGC e torná-lo cada dia mais Partido, capaz de servir as profundas aspirações do nosso povo.

Um ano após o 14 de Novembro, a palavra de ordem, a reflexão e a vigilância contra todos aqueles que nos querem desviar da linha traçada pelo imortal líder Amílcar Cabral.

Uma esperança nova

«A boca que sorri de contentamento não consegue soprar o fogo», dizia emocionado, um velho de Cassacá, por ocasião do 14 de Novembro de 1980. É negavelmente difícil traduzir em palavras os sentimentos e as emoções que envolveram o espírito do povo da Guiné-Bissau, a partir da viragem operada pelas Forças Armadas, há precisamente um ano. A insegurança, a fome das populações e o desânimo dos militantes deram lugar a uma nova esperança e confiança no homem guineense, porque a sua personalidade patriótica e dignidade humana foram reencontradas, após sete anos de independência.

A situação tornara-se cada vez mais insupportável e as possibilidades de desenvolvimento harmonioso estavam sufocadas. Não era apenas a opressão política. No domínio económico,

por exemplo, o Estado estava na bancarrota. O endividamento enfeudava fortemente o país (das 48 linhas de crédito, a Guiné-Bissau só tinha pago, até 1980, quatro, devendo passar a pagar anualmente 7,5 milhões de dólares de dívida externa a partir de Janeiro de 1981). O país gastava, por ano, três mil milhões de pesos, contra seiscentos milhões de pesos de receitas. O que representava um gasto cinco vezes superior aos rendimentos do Estado.

Não havia dúvidas para a euforia popular que explodiu há um ano. Prova disso nos apresentaram doze meses de experiência, rica de novos ensinamentos para a redefinição da vida futura da Nação Guineense.

Não obstante certas contradições motivadas pela imaturidade política, que algumas correntes oportunistas tenta-

ram explorar para provocar cisões na unidade nacional, essa experiência traduziu-se na vitória retumbante alcançada para o povo, ao conseguir, em primeiro lugar, preservar as opções político-ideológicas e o legado do pensamento de Amílcar Cabral, obreiro da Revolução guineense e caboverdiana. E, em segundo lugar, porque os ideais que nortearam toda a acção do Movimento Reajustador reflectiam as verdadeiras aspirações do nosso Povo. Não o «povo» oportunista que se regozijou com o 14 de Novembro, mas que contestava a continuidade do PAIGC. Mas aquele povo que realmente viveu as conquistas do PAIGC e sentiu na carne o ambiente sufocante de uma política autocrática de Luiz Cabral e obrigado a digerir no silêncio absoluto os frutos de um nacionalismo estreito, sob a capa de Unidade Guiné - Cabo Verde, mantida, no entanto, em termos claros de desigualdade de oportunidades e de vantagens.

A liberdade de expressão impulsionou a vontade popular de participar na vida política nacional. Pela primeira vez, as populações puderam falar aberta e exaustivamente sobre um tema antes considerado «tabú» e por cuja simples alusão corriam o risco de serem rotulados de «racistas» e de «anti-Unidade» e de «anti-PAIGC» todos aqueles que se atrevessem a

levantar uma discussão séria a volta do assunto.

Enfim, o PAIGC foi a causa fundamental do 14 de Novembro, e o Povo, o seu principal sujeito. Porque a vida do PAIGC é indissociável da luta histórica deste povo. Por isso, não é errado afirmar que o I Congresso Extraordinário do PAIGC é o resumo de doze meses de convulsões e de experiência, é a cópia fiel dos motivos do 14 de Novembro e é o renascimento do PAIGC após 25 anos de luta exemplar, para os povos oprimidos. O Partido (porque movimento de libertação no poder) não morre por incúrias de quem o trai. Mas o Partido rejuvenesce em cada momento que sofre um golpe, por mais mortal que seja.

E bastou a consumação do acto nacionalista do 14 de Novembro para que tudo seja glória? Não. Esta questão foi o fundo das atenções dos congressistas empenhados nos debates durante esta semana. Eles têm razão quando defendem a coerência de princípios e chamam a atenção para que o prestígio que continuará a ser granjeado pelo PAIGC, não resulta, propriamente, do acto da noite de 14 de Novembro de 1980. Vai ser essencialmente o seu resultado, o efeito que essa acção poderá provocar no país para impulsionar as transformações profundas da vida do nosso povo, em todos os sectores.

À margem do Congresso

Têm chegado mensagens de saudações ao I Congresso Extraordinário do PAIGC de dirigentes de alguns países amigos, dos comités do Partido e dos trabalhadores dos vários Ministérios, departamentos, empresas e outros locais de trabalho, das estruturas partidárias no interior do país, dos comités de base das organizações da Juventude e dos Pioneiros em todo o território nacional, além de alguns patriotas guineenses radicados no estrangeiro.

Destacamos as saudações do Secretário-Geral do PDG e Presidente da República da Guiné, Sekou Touré, do Comité Central do Partido Comunista Cubano, assinado pelo seu responsável máximo, Fidel Castro, e do Presidente do PSUA e da RDA, Erick Honecker. Esses dirigentes salientam que o Congresso se realiza num momento decisivo, na hora de combate para a defesa das nossas conquistas revolucionárias, pelo que fazem votos de sucessos.

Entretanto, ainda à margem do Congresso, continuam a realizar-se, no salão do Cine-UDIB, integrados na semana cultural, espectáculos de música ligeira e tradicional, onde se exibem artistas individuais e orquestras nacionais.

Quem pode esquecer ?

Com a declaração radiodifundida de que «o poder está agora nas mãos dos filhos da nossa terra» iniciava-se, na

histórica noite do 14 de Novembro de 1980, uma nova viragem nos destinos deste povo martirizado. A partir daquele

Cabo Verde Mau ano agrícola

Mais uma vez, o povo de Cabo Verde sofre os efeitos da seca, que persiste há uma dezena de anos, provocando enormes prejuízos à economia do Arquipélago e à alimentação da sua população.

Este ano, a produção de milho e de feijão, alimentos-base de Cabo Verde, será praticamente nula devido à seca, declarou à imprensa o director-geral da produção em Cabo Verde, Miguel Lima.

Segundo Miguel Lima, a seca deste ano causou um mau ano agrícola, comparável ao de 1977, que foi o mais catastrófico no país nos últimos dez anos. Lima acrescentou que só a ilha de Fogo apresenta uma situação ligeiramente melhor, com perspectivas de colheitas que poderão garantir o abastecimento do país em sementes para o próximo ano.

Na ilha de Santiago, que detém 60 por cento das potencialidades agrícolas do país, a colheita prevista não atingirá nem metade de produção da ilha. Perante esta situação, indicou o funcionário caboverdiano, o governo ver-se-á obrigado a importar uma quantidade considerável de alimento base.

Desde já, o Governo de Praia decidiu a reabertura de postos de trabalho, encerrados no início da época agrícola, a fim de garantir trabalho a 17 mil pessoas, indicou Lima.

Campanha contra o abuso de poder em Moçambique (1)

A consolidação da tranquilidade no país e o reforço do prestígio, eficiência e capacidade combativa das forças de defesa e segurança de Moçambique é o objectivo principal de um processo de purificação lançado na semana passada pelo presidente Samora Machel, líder da revolução moçambicana.

Falando num comício popular em Maputo, o presidente moçambicano denunciou frontalmente os elementos infiltrados nas forças de defesa e segurança (compostas pelas Forças Armadas, Milícias Populares, Política e o aparelho de segurança), que atentam contra a Constituição, os princípios do Partido-Frelimo e as leis do país, através de prisões arbitrárias, espancamentos, tortura e outras formas de abuso do poder.

Samora Machel afirmou que esta ofensiva é possível porque foi o povo que denunciou os crimes através de cartas e queixas directas à Presidência da República, às assembleias do povo e a outras instituições.

O presidente disse que o povo soube «distinguir entre as nossas forças de defesa e segurança e os reaccionários que nelas estão infiltrados» e acrescentou que todos os crimes de abuso de poder «denunciados pela população em todo o país serão rigorosamente averiguados e os responsáveis punidos».

Samora Machel adiantou que os crimes, abusos e arbitrariedades reflectem a permanência dos valores da sociedade colonial-capitalista e da sociedade tribal-feudal. Os erros «provêm das nossas próprias insuficiências», disse. Entre estes últimos, o chefe de Estado moçambicano mencionou a detenção prolongada de pessoas sem culpa formada devido a morosidade na entrega dos processos judiciais aos tribunais, os crimes que ficam sem punição por incapacidade dos investigadores, e as irregularidades e injustiças nos campos de reeducação.

Como exemplo dos valores colonial-capitalistas e tribal-feudais, Samora mencionou, entre outros, os crimes de agressão, a tortura, prisões arbitrárias, violação de mulheres e menores, suborno de guardas prisionais para deixarem fugir presos, e a utilização do posto para roubar bens ao povo e conseguir privilégios habitacionais e outros.

O dirigente moçambicano fez ainda notar que a sociedade colonial provocou profundos recalques e ódios que persistem «principalmente entre aqueles que não viveram o processo de libertação nacional». O líder moçambicano disse, em seguida, que esses recalques se reflectem hoje no comportamento daqueles elementos das forças que violam a Constituição.

Sudão: As razões da crise

A dissolução do governo sudanês, anunciada no início desta semana pelo presidente Gaafar el-Nimeiry, veio confirmar a grave deterioração da situação económica do país.

Durante muito tempo, as autoridades do Sudão procuraram justificar as dificuldades que enfrentam com a alegada «ameaça líbia». É verdade que o coronel Mouamar Kaddafi nunca escondeu a sua hostilidade à política pró-ocidental e de aliança com Egípto, conduzida pelo regime de Nimeiry, o que não significa necessariamente que seja responsável pelos males que afligem Kartum.

Contudo, mais do que a dissolução do governo, que deixou a popu-

lação indiferente, foram as medidas económicas anunciadas na segunda-feira pelo presidente Nimeiry que chamaram atenção.

O regime sudanês agiu com habilidade, procedendo de modo a que os aumentos consideráveis dos preços — em vigor desde terça-feira — tenham sido antecidos desde Setembro por um certo número de medidas de saneamento, abrangendo tanto a segurança das pessoas como o seu bem-estar.

Falou-se muito das 15 mil detenções efectuadas nos últimos dois meses, mas a discrição foi maior acerca dos esforços realizados pelo po-

der a fim de estabilizar os preços e melhorar a distribuição dos bens de primeira necessidade. Algumas sanções contra certos comerciantes tiveram, na opinião da maioria, o mérito de fazer baixar os preços de muitos produtos.

Ao aceitarem os «conselhos urgentes» do F. M.I., os responsáveis sudaneses sabiam de antemão que este «poderoso monstro frio» está muito distanciado «das preocupações do povinho». Deste modo, era quase inevitável que a população de Kartum se desinteressasse da sorte do governo cessante, cujos membros foram, aliás, implicitamente responsabilizados, pelo chefe de Estado, do impasse actual.

Tchad Recomeçaram os combates

Como já se receava, o grupo rebelde de Hissene Habré aproveitou a retirada das forças líbias do Tchad para retomar as suas infiltrações armadas a partir da fronteira sudanesa, rompendo assim o frágil equilíbrio existente no país.

Desde quarta-feira que se travam combates no este do Tchad, entre o grupo de Habré e os soldados governamentais, nas localidades de Iriba, Adre e Guereda. A cidade de Adre caiu mesmo em poder dos rebeldes.

Confirmando a existência dos combates, o presidente Goukouni Weddeye acusou o Sudão de ingerência.

Chile: Rebelião armada activa

«Os partidos da esquerda chilena reivindicam a necessidade de empregar todas as formas de luta para combater o regime ditatorial e, entre estas formas, consideram a rebelião armada como sendo um meio legítimo de luta» — declarou Andrés Pascal Allende, Secretário-Geral do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), durante uma entrevista concedida na clandestinidade, no Chile à revista mexicana «Por Esto».

O semanário mexicano dá conta das declarações de Pascal Allende, sobrinho do falecido presidente socialista Salvador Allende, acompanhando-as de fotografias na capa e no interior da revista de Pascal Allende e de grupos armados e uniformi-

zados, que se supõe terem sido tiradas em campos de guerrilheiros que actuam clandestinamente no Chile.

Depois da morte de Miguel Enriquez em 1974, no decurso de um confronto com as forças do regime fascista de Pinochet, Pascal Allende regressou ao país e assumiu a direcção do MIR assim como das chamadas Milícias de Resistência Popular, informou a revista.

Estas Milícias de Resistência Popular têm reivindicado uma série de acções de sabotagem contra os bens pertencentes à oligarquia compradora nacional e ao capital monopolista, e executaram várias personalidades ligadas à repressão contra os patriotas chilenos.

O próprio regime de Pinochet já não consegue esconder a existência de uma oposição armada activa no interior do país. A 23 de Setembro último, o governo chileno informou que se desenrolaram vários confrontos de forças militares com grupos de guerrilheiros na zona da cordilheira da província de Valdivia, no sul do país. Sete pessoas de nacionalidade chilena teriam sido mortas nestas acções. O comunicado afirmou também que os guerrilheiros mortos tinham sido expulsos do Chile e reentraram depois clandestinamente.

O regime de Pinochet disse também que as vítimas tinham um uniforme verde-oliva e estavam bem armados.

ILHA DE MAYOTTE

MORONI — O comité dos sete países africanos, encarregados pela OUA da questão da ilha comorian de Mayotte (ainda sob a tutela francesa), convidou a França a prosseguir negociações com o governo comoriano, com vista à integração de Mayotte no «conjunto comoriano». O comité reuniu-se de 9 a 11 de Novembro em Moroni, capital das Comores.

GEOTÉRMICA

ADDIS ABEBA — Um programa de perfuração geotérmica foi lançado na Etiópia, a fim de permitir uma considerável acumulação de energia destinada a fornecer electricidade a toda a região sul do país. Este programa é o primeiro deste tipo realizado num país que tem a reputação de possuir vastos recursos neste domínio.

INDÚSTRIA

PARIS — Uma conferência internacional poderá ser convocada a meio do próximo ano, a fim de se pronunciar sobre um projecto de criação de um banco internacional para o desenvolvimento industrial. Esta informação foi dada na terça-feira por Abdelrahman Khan, director executivo da Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial (Onudi).

A POLÓNIA E O FMI

WASHINGTON — A Polónia solicitou na terça-feira o seu ingresso no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial. A proposta foi oficialmente apresentada pelo ministro polaco de Finanças, Zbigniew Karc, que esteve em Washington. A Polónia foi membro do FMI e do Banco Mundial de 1946 a 1950.

ENSINO

MÉXICO — O presidente da Federação Internacional dos Sindicatos do Ensino (Fise), senhor Texier, declarou que na América Latina «está em curso uma ofensiva brutal, destinada a liquidar os modelos de educação democrática e impôr os que servem os interesses das multinacionais».

NICARÁGUA

AMEAÇADA

MANÁGUA — O Ministro nicaraguense dos Negócios Estrangeiros, o padre Miguel d'Escoto, anunciou na segunda-feira que o exército nicaraguense «está em estado de alerta devido às ameaças de acções militares que os Estados Unidos fazem pesquisar sobre o país».

Aprovados Estatutos e Programa do PAIGC

● Abolido o cargo de Secretário-Geral Adjunto do Partido

Foram aprovados por unanimidade os Estatutos e o Programa do PAIGC apresentados na noite de quarta-feira ao I Congresso Extraordinário do PAIGC, cujos trabalhos encerram hoje. Mais uma vez, e à semelhança do que aconteceu na discussão do relatório do CNG apresentado pelo seu Presidente, Nino Vieira, os delegados intervieram com clareza e responsabilidade, sem quaisquer complexos, apresentando propostas e de forma militante, pois o objectivo é um só: fazer do PAIGC um Partido forte e di-

nâmico, que sirva os interesses das massas.

Embora estes documentos tivessem sido objecto de discussões nas bases e ratificadas no decorrer da última reunião extraordinária do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, vários congressistas usaram ainda da palavra para apresentar as suas preocupações e levantar problemas de fundo.

O ponto dos Estatutos que mereceu mais atenção e que ocupou quase duas sessões (cerca de oito horas) refere-se à manutenção ou abolição, no seio da Direcção do Partido, do cargo de Se-

cretário-Geral Adjunto. Após se terem pronunciado mais de 70 delegados, foi decidido, na base de um consenso geral, eliminar tal cargo da orgânica do Partido.

Porquê a existência de um Secretário-Geral Adjunto do PAIGC? — interrogaram-se os congressistas. «Nós queremos criar estruturas funcionais adaptadas à realidade do momento. Existe um Bureau Político e um Comité Central onde está inserido o Secretário-Geral do P.A.I.G.C., por isso as decisões serão colectivas. O cargo de Secretário-Geral Adjunto é puramen-

te honorífico, sem funções concretas e, com a falta de quadros, não podemos dar-nos ao luxo de criar só por criar. Vivemos uma situação particular. Se for necessário voltamos a discutir este ponto no IV Congresso do PAIGC. A própria análise da luta demonstra-nos que os órgãos do Partido têm que ter funções concretas».

Outros delegados avançaram ainda mais: «Nós militantes, do topo à base, comprometemo-nos a ser secretários-gerais adjuntos porque nós somos os adjuntos do Nino Vieira. Nós é que temos que trabalhar

para relançar o Partido na sua linha».

Ainda sobre esta questão, muitos congressistas recordaram o tempo da Luta Armada de Libertação Nacional, precisando que o cargo de Secretário-Geral Adjunto foi criado aquando da realização do II Congresso do PAIGC, em Boé, após a morte de Amílcar Cabral. Mas porquê? Puramente para satisfazer as ambições de Luiz Cabral, que queria à viva força ser o segundo homem do Partido, já que não podia ser o primeiro. Cabral dirigiu a luta nos seus tempos difíceis mas não havia este cargo. «Mesmo depois do 14 de Novembro — segundo alguns congressistas — demos passos seguros sem o Secretário-Geral e sem o seu Adjunto!».

Entretanto, os delegados propuseram a criação estatutária de uma Comissão de Verificação

e Controlo, cujos elementos devem ser eleitos entre os membros do Comité Central que, entre outras questões, tem como objectivo «verificar a observância dos princípios político-ideológicos do PAIGC, acompanhar a prática dos militantes, combater todas as tendências que possam desviar o Partido das linhas preconizadas por Cabral e defender a unidade partidária».

Por outro lado, falouse da necessidade da reorganização das estruturas partidárias nas regiões e das relações entre o Presidente do Comité do Partido e o Secretário da Organização do PAIGC nas regiões. O Congresso, decidiu, ainda, mandar o futuro Comité Central para se encarregar destas questões.

Findas as discussões, os Estatutos do Partido foram aprovados anteriormente à noite.

O programa da reafirmação

O Programa do P.A.I.G.C., aprovado ontem pelos congressistas, reflecte estritamente a conjuntura político-social actual, em que a ruptura do projecto de Unidade Guiné-Cabo Verde requer dos militantes o estabelecimento de princípios estatutários adaptados ao carácter nacional a que fica confinado o Partido de Cabral.

Em comparação com os Estatutos, o Programa do Partido gastou menos tempo a ser discutido (apenas durante a manhã de ontem), apesar de ter sido questão de maior debate durante a divulgação das teses nas bases. Isso, naturalmente, por nele se centrar toda a essência programática da declaração de princípios, da vontade revolucionária pelas opções orientadoras do nosso grande Partido.

Com efeito, o Programa do Partido sofreu algumas alterações de fundo, ao ser-lhe retirado o Programa Mínimo (que proclamava a união orgânica das forças nacionalistas e patrióticas guineenses e caboverdianas, no interior e no exterior, para a luta de liquidação do colonialismo português), alguns capítulos do Programa Maior, referentes à conquista da Independência imediata e total dos dois países, e, finalmente, todo o capítulo anteriormente consignado à união orgânica da nação e dos povos da Guiné e de Cabo Verde.

Portanto, ficaram reafirmados todos os princípios ideológicos claramente definidos pelo III Congresso do PAIGC, comprovando a nossa vontade política de continuar o pensamen-

to revolucionário de Amílcar Cabral.

Nesta base, os congressistas chegaram ao consenso de apenas procederem à duas principais modificações no capítulo IV, relativo ao «Regime democrático, anticolonialista e anti-imperialista». Tratam-se da alteração de forma no ponto 3 e do acrescimo do termo «neocolonialista» ao ponto 4, respeitante às limitações a impor a indivíduos ou grupos favoráveis ao «colonialismo, ao imperialismo, ao divisionismo, ao tribalismo e ao racismo».

Outras questões mereceram forte discussão dos congressistas, nomeadamente a planificação económica e coordenação interministerial, os direitos internacionais do Homem, a estrita observância das leis jurídicas e conde-

nação às fraudes e fugas à lei internacional de nacionalidade — o uso ilegal de passaportes binacionais, em relação ao qual já existe uma comissão de estudo.

Última hora

Terminou ao fim da manhã de hoje o Congresso Extraordinário do PAIGC que elegeu o Comité Central, o Bureau Político e o Secretário-Geral. A composição do Comité Central foi fixada em 51 membros efectivos e 10 suplentes e o Bureau Político em 11 membros e 4 suplentes.

A sessão de ontem consagrada à crítica e autocritica, feita à porta fechada, tendo igualmente procedido à eleição da direcção do Partido, prolongou os trabalhos até a manhã de hoje.

Os membros do Bureau Político são: Nino Vieira, Victor Saude Maria, Iafai Camará, Paulo Correia, Manuel Saturnino, Buota Na N'Batcha, João da Silva, Vasco Cabral, Carlos Correia, Tiago Aleluia Lopes e Carmen Pereira. Os suplentes são Beghate Na Beate, Fidélis Cabral de Almada, Josep Turpin e Manuel Santos (Manecas).

A cerimónia de encerramento que decorria esta manhã no momento em que fechamos esta edição, regista a presença de diplomatas acreditados no país, convidados e a imprensa estrangeira. Publicamos na próxima edição uma notícia desenvolvida deste acontecimento.

A linguagem da Luta

Medir a grandeza dos factos é uma missão que o jornalismo de participação nos impõe e para a qual palavras faltam quando verdadeiramente a dimensão ultrapassa a todas as formas possíveis de escrita, relato, ou linguagem.

Como alguém chamou a esta assembleia magna dos militantes, na verdade este é o segundo Cassacá. Tal como ontem, quando o Partido conheceu uma das grandes crises, os congressistas, numa abertura e frontalidade só possíveis com a Democracia Revolucionária restabelecida, mergulharam na procura de soluções realistas para pôr de pé o PAIGC. A linguagem de luta, que outrora animou as

reuniões, encontrou uma expressão conseqüente, numa referência quase constante aos ricos ensinamentos do nosso líder imortal, camarada Amílcar Cabral.

A fraqueza ideológica que levou ao esvaziamento latente dos princípios do PAIGC mereceu uma análise cuidada. É necessária a criação de estruturas funcionais para evitar os erros do passado — enunciaram os militantes que, em debates esgotantes, fizeram finca-pé para que a balança da justiça mantenha o equilíbrio necessário.

A coesão ideológica, a luta contra o desfazamento dos princípios orientadores legados pelo rico pensamento do fundador do Partido,

numa palavra, a recuperação do passado histórico do PAIGC, foram as ideias-chave dos congressistas. Vozes vindas de todas as camadas — fizeram-se ouvir com impacto.

Entretanto, como já dissemos, relatar ou medir a grandeza do I Congresso Extraordinário é tarefa sumamente difícil. Apesar de ser datada da véspera a impressão que aqui registamos, uma coisa para reter: esta reunião dos militantes constituiu uma escola e uma reconstituição do passado do PAIGC, onde os ensinamentos de Cabral são a nossa razão de orgulho, pois o maior mérito do PAIGC foi o de ter conseguido criar homens e mulheres para garantir a sua continuidade.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NO PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigão, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem: Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.